



Secretaria Judiciária
TRE/AM

fls. 328

(R)

Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

Acórdão n. 035/2019

**RECURSO CRIMINAL Nº 79-60.2017.6.04.0002 - CLASSE 31 -
2ª ZONA ELEITORAL - MANAUS**

Relator : Desembargador Abraham Peixoto Campos Filho
Recorrente : Sebastião Lucivaldo de Moraes Carril
Advogado : João Bosco Lopes Maia Júnior - OAB/AM nº 8.107
Advogado : Jorge Bruno de Menezes Maia - OAB/AM nº 8.637
Recorrido : Ministério Público Eleitoral

RECURSO CRIMINAL. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA DENÚNCIA. IRRECORRIBILIDADE DA DECISÃO QUE RECEBE A DENÚNCIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 581, I, DO CPP. POSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA INÉPCIA DA DENÚNCIA APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA MEDIANTE RECEBIMENTO DO RECURSO COMO *HABEAS CORPUS*. INOCORRÊNCIA DA INÉPCIA DA INICIAL. DESNECESSIDADE DA DESCRIÇÃO MINUCIOSA E INDIVIDUALIZADA DA CONDUTA DO ACUSADO. PRELIMINAR REJEITADA. MÉRITO. AGRAVANTE. MOTIVO FÚTIL. CP, ART. 61, II, A. AUSÊNCIA DE REFERÊNCIA À MOTIVAÇÃO DO ACUSADO. AFASTAMENTO DO AGRAVANTE. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. ATENUANTE DA PENA. CP, ART. 65, III, D. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.



Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
RC 79-60.2017.6.04.0002 - Classe 31

Secretaria Judiciária
TRE/AM

fls. 329
R

1. O fato da decisão que recebe a denúncia ser irrecorrível, conforme inteligência do art. 581, I, do CPP, não implica que o recurso interposto não possa ser recebido como *habeas corpus* para, reconhecendo a inépcia da denúncia, trancar a ação penal. Precedente do TSE.
2. No caso de crime praticado mediante concurso de agentes, afigura-se dispensável que a denúncia descreva de forma minuciosa e individualizada a conduta de cada acusado, bastando, para tanto, que a exordial narre o fato principal e as qualificadoras de forma a possibilitar o exercício da ampla defesa. Precedente do TSE (AgR-HC 671, rel. Min. Marcelo Ribeiro, j. 18.2.2010).
3. O agravante do motivo fútil consiste na desproporcionalidade entre o fato e a intensidade do motivo. Contudo, na sucinta fundamentação dada pelo juiz *a quo*, não há nenhuma referência à motivação do recorrente para justificar a aplicação do agravante.
4. A confissão espontânea é aquela que é produto da vontade livre e consciente do acusado, ausente de fatores externos que possam viciá-la.
5. A confissão espontânea é uma atenuante obrigatória e um direito subjetivo do réu, apta a reduzir a pena na fração de 1/6 (um sexto) sobre a pena-base dos crimes



Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
RC 79-60.2017.6.04.0002 - Classe 31

Secretaria Judiciária
TRE/AM

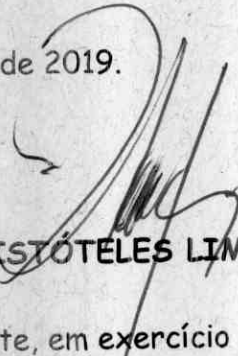
fls. 330
A

pelos quais o acusado foi condenado. Precedente do STJ
(HC 474.065/MG, rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca,
DJE de 10.5.2019).

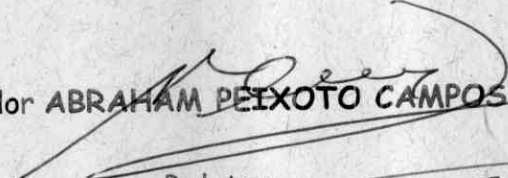
6. Recurso criminal parcialmente provido.

Acordam os desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral
do Amazonas, por maioria, pelo conhecimento e provimento parcial do
recurso criminal, para reduzir a pena.


Manaus, 20 de agosto de 2019.


Desembargador **ARISTÓTELES LIMA THURY**

Presidente, em exercício


Desembargador **ABRAHAM PEIXOTO CAMPOS FILHO**

Relator


LEONARDO
Doutor **LEANDRO DE FARIA GALIANO**

Procurador Regional Eleitoral Substituto



RELATÓRIO

Cuida-se de recurso criminal (fls. 290-295) interposto por SEBASTIÃO LUCIVALDO MORAES CARRIL contra sentença (fls. 268-272) do MM Juiz Eleitoral da 2ª Zona Eleitoral, nesta Capital, que julgou procedente a ação penal proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, condenando o recorrente a 2 (dois) anos e 9 (nove) meses de detenção, a ser cumprida em regime aberto, além de 60 (sessenta) dias multa, na base de um salário mínimo por dia-multa, pela prática dos crimes de calúnia e difamação na propaganda eleitoral (Cód. Eleitoral, arts. 324 e 325).

Aduz o recorrente, em preliminar, a inépcia da denúncia, uma vez que, ao ser esta retificada no sentido de que o recorrente deveria ser responsabilizado por ser o proprietário do portal de notícias de veiculou as ofensas, *"inexiste no caso narrativa que permita inferir minimamente a participação do Recorrente na divulgação dos fatos tidos como delituosos"*.

Alega a inaplicabilidade do artigo 287 do Código Eleitoral c/c artigo 61, inciso II, do Código Penal, pois, segundo o recorrente, *"não há nos autos, qualquer comportamento que indique a futilidade, a sentença guerreada não fundamentou o mínimo sequer do porquê da aplicação da agravante esculpida no art. 61, II, do Código Penal"*.



E, por fim, argumenta que *"a condenação foi única e exclusivamente baseada no depoimento do Recorrente, bem como no seu interrogatório. Assim, resta patente a aplicação da atenuante da confissão espontânea, conforme disciplinado na súmula 545/STJ"*.

Em contrarrazões (fls. 312-314), o órgão ministerial de primeira instância pugna pela manutenção da sentença recorrida.

O Procurador Regional Eleitoral opina pelo desprovimento do recurso (fls. 323-325).

É o relatório.

VOTO - PRELIMINAR

Em preliminar, o recorrente aduz a inépcia da denúncia, nos seguintes termos:

No que toca à responsabilidade penal do Recorrente, a denúncia assenta que "Conforme se apurou no presente inquérito, nas declarações do primeiro denunciado, Sr. Sebastião Lucivaldo Moraes, foi o 2ª denunciado, quem redigiu a matéria para publicação, pois reconhecia o estilo da redação, e na época fazia parte da sua equipe de reportagem para o portal, não restando dúvida quanto a esse fato (sic) (fl. 02-B). Em alegações Finais, o membro do *parquet* retificou a denúncia, informando



Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
RC 79-60.2017.6.04.0002 - Classe 31

Secretaria Judiciária
TRE/AM

fls. 333
AP

que o Recorrente deveria ser responsabilizado por ser o proprietário do portal.

[...]

Em consequência, inexistente no caso narrativa que permita inferir minimamente a participação do Recorrente na divulgação dos fatos tidos como delituosos. Inapta a fazê-lo, por si só, a descrição de sua mera posições hierárquicas de "proprietários" do portal em que divulgadas as matérias jornalísticas pretensamente ofensivas à honra.

A denúncia (fls. 02A-02B) foi oferecida em face do recorrente SEBASTIÃO LUCIVALDO MORAES CARRIL, proprietário do portal de notícias, e de JUSCELINO SERRÃO TAKETOMI, autor da matéria com as ofensas, consignando, em relação à autoria dos crimes, de forma sucinta, o seguinte:

Conforme se apurou no presente inquérito, nas declarações do 1º denunciado, Sr. Sebastião Lucivaldo Moraes, foi o 2º denunciado, quem redigiu a matéria para publicação, pois reconhecia o estilo da redação e na época fazia parte de sua equipe de reportagem do portal, não restando dúvida quanto a esse fato.

Posteriormente, em alegações finais (fls. 236-238), considerando que ao denunciado JUSCELINO SERRÃO TAKETOMI foi



Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
RC 79-60.2017.6.04.0002 - Classe 31

Secretaria Judiciária
TRE/AM

fls. 334

dado o benefício da transação penal, o *parquet* eleitoral acrescentou que:

Conforme se apurou nos autos, o denunciado Sr. Sebastião Lucivaldo Moraes declarou que quem redigiu a matéria para a publicação foi o Sr. Jucelino Serrão Taketomi, que na época fazia parte de sua equipe de reportagem do portal, ocorre Exa. que a matéria foi publicada em seu portal.

O denunciado em questão cometeu o delito de calúnia pelo qual foi denunciado no momento em que divulgou e atribuiu falsamente à vítima a prática do crime de oferecimento ou promessa de dinheiro para angariar apoio de vereadores e o delito de difamação ao afirmar que o candidato "*antes era um professor e hoje é um milionário*".

O i. Procurador Regional Eleitoral, por sua vez, opinou que "*há muito existe posição consolidada no sentido de que não é possível arguir a inépcia da denúncia após a prolação da sentença penal*" e cita julgado do Supremo Tribunal Federal, cuja ementa transcrevo na parte que interessa:

MOMENTO DE ARGUIÇÃO DA INÉPCIA DA DENÚNCIA. Eventuais defeitos da denúncia devem ser arguidos pelo réu antes da prolação da sentença penal, eis que a ausência dessa impugnação, em tempo oportuno, claramente evidencia que o acusado foi capaz



Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
RC 79-60.2017.6.04.0002 - Classe 31

Secretaria Judiciária
TRE/AM

fls. 335

R

de defender-se da acusação contra ele promovida.
Doutrina e precedentes.

(STF, HC 73271/SP, rel. Min. Celso de Mello, DJ de 4.10.96)

Isso não obstante, divirjo do i. Procurador Regional Eleitoral quanto à impossibilidade de discussão sobre a inépcia da denúncia após a prolação da sentença, com base em lição de José Jairo Gomes¹, nos seguintes termos:

Recebimento de denúncia - no processo penal é irrecurável o ato que recebe denúncia. Nos termos do art. 581, I, do CPP, somente é recorrível o ato que rejeita a peça acusatória, caso em que é cabível o recurso em sentido estrito (embora o recurso correto seja a apelação, pois a decisão que rejeita a denúncia encerra o processo). [...] Entretanto, não raro se interpõe recurso especial eleitoral para impugnar o acórdão do TRE que recebeu a denúncia. É preciso frisar que o REspe é totalmente descabido na espécie. Nem se argumente com o *caput* do art. 276 do CE, segundo o qual "as decisões dos Tribunais Regionais são terminativas, salvo os casos seguintes em que cabe recurso para o Tribunal Superior": Primeiro, porque a decisão que recebe denúncia não possui caráter terminativo, mas sim interlocutório. Segundo, porque o ato processual de recebimento de denúncia é regido pela sistemática processual penal, que o tem como irrecurável. Note-se, porém, que o fato de a decisão em exame ser irrecurável não implica que o

¹ Crimes e processo penal eleitorais. São Paulo: Atlas, 2015, p. 289.



Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
RC 79-60.2017.6.04.0002 - Classe 31

Secretaria Judiciária
TRE/AM

fls. 336
A

réu não possa impetrar habeas corpus, caso entenda não existir justa causa para a subsistência da ação penal. Em verdade, o writ é a única alternativa viável nessa situação. (grifei)

De fato, há precedente no Tribunal Superior Eleitoral, mais recente do que o julgado do STF citado pelo i. Procurador Regional Eleitoral, em que recurso especial, interposto, inclusive, contra acórdão deste Regional, foi recebido como *habeas corpus* para, reconhecendo a inépcia da denúncia, trancar a ação penal (REspe 9984713-26/AM, rel. Min. João Otávio de Noronha, DJE de 25.05.2015).

Portanto, o referido julgado da Suprema Corte deve ser entendido como a impossibilidade de reavaliar a denúncia, após o seu recebimento, no mesmo processo. O que não impede sua rediscussão em sede de *habeas corpus*, uma vez que é a interpretação que mais privilegia o princípio constitucional da ampla defesa.

Contudo, na hipótese dos autos, não procede a alegada inépcia da denúncia, conforme outro precedente do Tribunal Superior Eleitoral, assim ementado:

No caso de crime praticado mediante concurso de agentes, afigura-se dispensável que a denúncia descreva de forma minuciosa e individualizada a conduta de cada acusado, bastando, para tanto, que a exordial narre o fato principal e as qualificadoras de



Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
RC 79-60.2017.6.04.0002 - Classe 31

Secretaria Judiciária
TRE/AM

fls. 337
4

forma a possibilitar o exercício da ampla defesa
(Acórdão/STJ nº 24.183/SP).

(AgR-HC 671, rel. Min. Marcelo Ribeiro, j. 18.2.2010)

No mesmo sentido, decidiu esta Corte, conforme trecho do
acórdão que destaco:

Convém salientar, ademais, que, no exercício do juízo de
admissibilidade, não caberia ao julgador extrair ilações
acerca da autoria do crime do qual é acusado o ora
recorrido, uma vez que tal conduta atrai,
inoportunamente, o exame do mérito da eventual ação
penal.

Nessa esteira, não andou bem o magistrado a quo
quando, na fundamentação de sua decisão, entendeu que
*"o denunciado não poderia ser responsabilizado, em
especial na esfera penal, por ato praticado por
terceiros, no caso, partido político ou coligação, aos
quais competia orientar o candidato e ordenar a
documentação necessária ao registro de sua
candidatura"*.

Ora, ao extrair ilações acerca da autoria ou não do ora
recorrido, o juízo de primeiro grau, a meu sentir,
transbordou do juízo de admissibilidade para o exame
do próprio mérito, razão pela qual merece reforma a
decisão de primeiro grau.

(Acórdão TRE-AM nº 587/2011, rel. Desembargador
Rafael de Araújo Romano, j. 10.9.2011)



Portanto, ainda que não se considere a complementação feita pelo recorrido em suas alegações finais, a ausência de pormenorização da participação do recorrente na prática dos delitos não implica em inépcia da denúncia, razão pela qual **rejeito a preliminar suscitada.**

É como voto.

VOTO - MÉRITO

No mérito, o recorrente alega a inaplicabilidade do agravante do motivo fútil e a incidência da atenuante da confissão espontânea.

Em relação à agravante do motivo fútil, consignou o juiz *a quo* em sua sentença que:

Vislumbro pois, a agravante do motivo fútil (Art. 61, II, a, CP, c/c Art. 287, CE), sendo vil a conduta do réu em veicular reportagem sem fundamento verídico atentando contra a honra da vítima.

Ocorre que "*a conduta do réu em veicular reportagem sem fundamento verídico atentando contra a honra da vítima*" é a própria definição do crime de calúnia pelo qual o recorrente foi condenado, conforme lição de Suzana de Camargo Gomes² nos seguinte termos:

² Crimes eleitorais. 2ª ed. São Paulo: RT, 2006, p. 174.



Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
RC 79-60.2017.6.04.0002 - Classe 31

Secretaria Judiciária
TRE/AM

fls. 339
A

[...] A ação de caluniar pressupõe a conduta de imputar falsamente a alguém fato definido como crime, pelo que o delito atinge justamente a honra objetiva, a reputação da pessoa no meio social em que vive, o conceito que goza perante terceiros ou, como destaca Nelson Hungria, o "valor do indivíduo perante seus concidadãos".

Portanto, a própria definição do crime não pode ser tomada também como um agravante da pena.

Por outro lado, como assevera o i. Procurador Regional Eleitoral, o motivo fútil consiste na "*desproporcionalidade do fato e a intensidade do motivo*". Acontece que, na sucinta fundamentação dada pelo juiz *a quo* para a aplicação do agravante, não há nenhuma referência à motivação do recorrente para justificar essa majoração da pena, razão pela qual afasto a incidência do agravante do motivo fútil.

Quanto à alegação da confissão como atenuante da pena, fundamenta-se o recorrente no artigo 65, inciso III, alínea *d*, do Código Penal, que dispõe:

Art. 65. São circunstâncias que sempre atenuam a pena:

[...]

III - ter o agente:

[...]



d) confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime;

O i. Procurador Regional Eleitoral aduz que: "*O reconhecimento da referida atenuante, contudo, não é possível no caso em exame, tendo em vista a ausência do elemento essencial de espontaneidade*" e cita precedente do Superior Tribunal de Justiça (HC 13.286/MS, rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ de 19.2.2001).

Contudo, mais uma vez, discordo de Sua Excelência.

Entendo que a declaração do recorrente perante a autoridade policial (fl. 25) de que, na qualidade de editor-chefe, é "*responsável pelo que é publicado*" no portal de notícias foi feita de forma espontânea.

O termo "*espontaneamente*", grafado no texto legal, não pode ser compreendido como exigência de a confissão ser, necessariamente, fruto de ideia original do agente, senão como produto de sua vontade livre e consciente, de ausência de fatores externos que possam viciá-la.

O que se procura afastar é a confissão tomada sob tortura, violências, pressões, constrangimentos, erros, fraudes, hipnoses, sob ação de drogas e outros expedientes que tirem ou turvem a livre manifestação do acusado.

É nesse sentido que a Convenção Americana de Direitos Humanos, incorporada em nosso sistema legal por força do Decreto



678/92, dispõe que "*a confissão do acusado só é válida se feita sem coações de nenhuma natureza*".

Cumpra ressaltar que, em nenhum momento, o recorrente nega sua co-autoria na prática do crime, tendo apenas suscitado eventual inépcia da denúncia, por ausência de detalhamento de sua participação - o que já se afastou -, sem questionar sua legitimidade passiva na ação penal.

Portanto, sendo a confissão espontânea uma atenuante obrigatória e um direito subjetivo do réu, reduzo a pena na fração de 1/6 (um sexto) sobre a pena-base dos crimes pelos quais o recorrente foi condenado (STJ, HC 474.065/MG, rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJE de 10.5.2019³).

Em conclusão, a pena a ser aplicada ao recorrente fica assim definida:

(1ª fase) Pena-base - a sentença *a quo* fixou assim as penas-base:

Para o crime de calúnia - 1 (um) ano e 2 (dois) meses de detenção e pagamento de 24 (vinte e quatro) dias multa; e

Para o crime de difamação - 9 (nove) meses de detenção e pagamento de 15 (quinze) dias multa.

³ "Na falta de critérios legais, a jurisprudência tem adotado a fração de 1/6 (um sexto) sobre a pena-base para aumentar ou reduzir a pena em razão das circunstâncias agravantes ou atenuantes [...]"



(2ª fase) **Agravantes e atenuantes** - Afasto o agravante do motivo fútil e aplico o atenuante da confissão espontânea, na fração de 1/6 (um sexto):

Para o crime de calúnia - 1 (um) ano de detenção e pagamento de 4 (quatro) dias multa; e

Para o crime de difamação - 7 (sete) meses e 15 (quinze) dias de detenção e pagamento de 2 (dois) dias multa.

(3ª fase) **Causas de aumento e diminuição da pena** - Mantida a causa de aumento do artigo 327, inciso III, do Código Eleitoral, aplicada na sentença *a quo*, na fração de 1/3 (um terço):

Para o crime de calúnia - 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de detenção e pagamento de 5 (cinco) dias multa; e

Para o crime de difamação - 9 (nove) meses e 3 (três) dias de detenção e pagamento de 2 (dois) dias multa.

Por fim, conforme jurisprudência desta Corte (Acórdão TRE-AM nº 17/2018, rel. Desembargador Marco Antônio Pinto da Costa, DJE de 5.2.2018), cabe determinar, desde logo, a anotação no cadastro eleitoral do recorrente da inelegibilidade prevista no artigo 22, inciso I, letra e, item 4, da Lei Complementar nº 64/90⁴.

⁴ LC nº 64/90:

Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

[...]



Pelo exposto, voto, em desacordo com o parecer ministerial, pelo **provimento parcial do recurso** interposto por **SEBASTIÃO LUCIVALDO DE MORAES CARRIL**, apenas para reduzir a pena aplicada ao recorrente para 2 (dois) anos, 1 (um) mês e 3 (três) dias de detenção e pagamento de 7 (sete) dias multa.

É como voto.

Comunique-se ao juízo de origem para anotação da inelegibilidade no cadastro eleitoral do recorrente. Transitado em julgado, baixem os autos ao referido juízo eleitoral.

Manaus, 20 de agosto de 2019.

Desembargdor **Abraham Peixoto Campos Filho**
Relator

e) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:

[...]

4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;